

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

**NOTA
TÉCNICA** | **02**

A EVOLUÇÃO RECENTE DA CLASSE MÉDIA NO ESPÍRITO SANTO

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Economista,
Diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Magnus William de Castro
Economista,
Assessor da Presidência

Vitória | 2008

Introdução

A presente nota técnica foi edificada para apresentar as características do processo recente de redução das desigualdades e de inclusão social no Espírito Santo. Historicamente, a tendência à concentração de renda no Brasil sempre foi um dos grandes problemas sociais a serem enfrentados. Em diversos momentos, o País conseguiu alcançar elevada taxa de crescimento econômico, como, por exemplo, no período do denominado Milagre Econômico (1968-1973), mas com aumento da desigualdade social.

Mais recentemente, logo após a implementação do Plano Real, verificou-se melhora do índice de Gini, que, todavia, nos sete anos seguintes, tão-somente manteve-se próximo da estabilidade. O grande divisor de águas ocorre a partir do ano de 2001; o indicador, que nesse ano era de 0,59, chega a 0,55 em 2007. A diminuição da desigualdade de renda durante o período de 2001 a 2005 é explicada em grande medida pela política de transferência de renda realizada pelo governo federal, especialmente por meio do Programa Bolsa Família. A partir de 2006 essa redução passa a ser impulsionada pela renda advinda do trabalho (NERI, 2006 a).

Neste sentido, o momento atual fica marcado realmente como extraordinário, pois o País conseguiu o almejado crescimento econômico robusto e sustentável associado à melhoria da distribuição de renda e ao desenvolvimento humano e social. Este resultado pode ser visualizado pela redução da porcentagem da população abaixo da linha de pobreza¹, que vai de 33,6% em 2001 para 23,6% em 2007, e pelo crescimento do percentual de pessoas pertencentes à Classe Média, de 38,11% para 47,06% no mesmo instante de tempo.

Para o Espírito Santo, a renda do trabalho torna-se a principal explicação para a inclusão social já a partir do ano de 2005, como consequência tanto da melhoria das instituições locais, quanto das modificações realizadas na administração pública, cuja estratégia de desenvolvimento promoveu resultados acima da média nacional e dinamizou toda a economia do Estado.

A importância desses acontecimentos reside principalmente no fato de que essas melhorias alcançadas com o aumento da massa salarial não se devem apenas à elevação da renda média, mas, sobretudo, ao aumento do número de pessoas em ascensão social, o que evidencia que desta vez o crescimento da renda está sendo repartido de forma mais

¹ Definida pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

equânime. Isto demonstra a característica estrutural e de longo prazo das modificações processadas na economia brasileira.

Em que pese a relevância desse aspecto, será objeto de próximo estudo, quando serão analisados os elementos determinantes para a redução das desigualdades sociais e elevação da inclusão rumo à Classe Média. Quanto a esta nota técnica, tem por objetivo demonstrar as principais características relacionadas à ampliação dessa nova Classe Média, para observar tanto o retorno social promovido pelo crescimento acelerado por que passa o Estado, como para verificar a sustentação dos fundamentos econômicos construídos no período recente.

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente do IJSN

1. Metodologia

A base de dados utilizada neste estudo foi a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), que representa uma amostra com as informações sobre as características gerais da população, envolvendo itens como educação, trabalho e situação dos domicílios para todas as Unidades da Federação. Neste sentido, o trabalho pretende acompanhar a evolução da Classe Média e seus determinantes para o Estado do Espírito Santo e, a título de comparação, a do Sudeste e a do Brasil.

Como foi dito anteriormente, para o Brasil, as mudanças em relação à desconcentração de renda começaram a ocorrer de forma mais intensa a partir de 2001. Em função disso, será coberto principalmente o período de 2001 a 2007; entretanto, concentraremos a análise no subperíodo de 2003 a 2007, para analisarmos as influências do choque de gestão realizado no Estado sobre as variáveis de interesse.

Na determinação das classes sociais, a variável explicativa foi a renda domiciliar total. Para não ocorrer superestimação dessa renda, foram retiradas da amostra as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico. Para não subestimá-la, optou-se por dispensar toda a informação dos domicílios em que um de seus indivíduos omitiu qualquer uma de suas rendas.

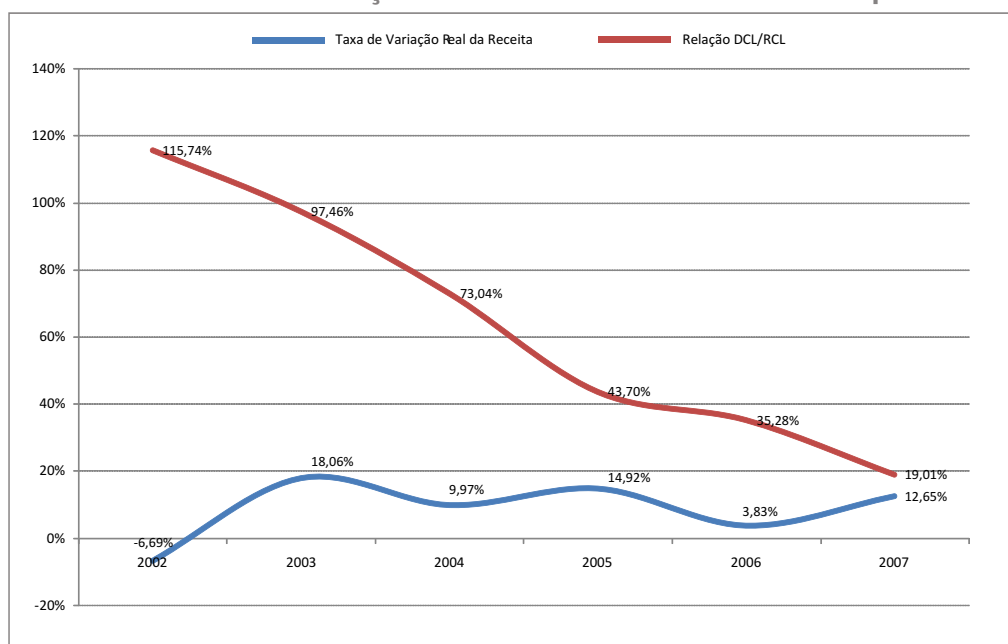
A divisão dos estratos de renda foi recentemente definida por Néri (2008 b). Nessa classificação, a Classe Média encontra-se no intervalo de renda mensal domiciliar total de R\$ 1.064 a R\$ 4.591, a preços constantes de 2008. Esta estratificação de renda está próxima da utilizada em um estudo mundial realizado por Goldman Sachs (2008), que, na definição de Classe Média pela ótica da renda, estabelece como parâmetro a faixa entre R\$ 859 e R\$ 4.296. No Espírito Santo, ao se empregar o conceito de Néri (2008 b) ajustado ao índice de custo de vida local, constata-se que os indivíduos que estão abaixo do limite inferior e os situados acima do limite superior representam, respectivamente, 43,5% e 90,1% da população.

Por inserir a população situada na faixa central de distribuição da renda do Estado, concentra também a parcela da população que movimenta o mercado consumidor, com responsabilidade pela acumulação do capital humano e social local. É ainda a parcela da população com maior representatividade sobre o modelo de participação democrática e, portanto, sobre a formação das instituições locais.

Crescimento econômico, redução da pobreza e das desigualdades

O modelo de crescimento adotado no Estado desde 2003 se pautou, inicialmente, na recuperação das instituições públicas. O ajuste fiscal promovido em 2003 teve como pauta a eliminação dos regimes tributários especiais, muitos dos quais instituídos sem base técnica e legal, como também a negociação da dívida do Estado com a União via antecipação das receitas de *royalties*. A pontual recuperação fiscal permitiu o pagamento de três folhas de pagamento atrasadas e a regularização do pagamento a prestadores de serviços, empreiteiros e fornecedores. A arrecadação estadual cresceu, em termos reais, 10,3% em média ao ano entre 2003 e 2007. O endividamento público dívida corrente líquida (DCL/RCL) passou de 116% da receita corrente líquida em 2002 para 19% em 2007 (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de variação real da receita e endividamento público

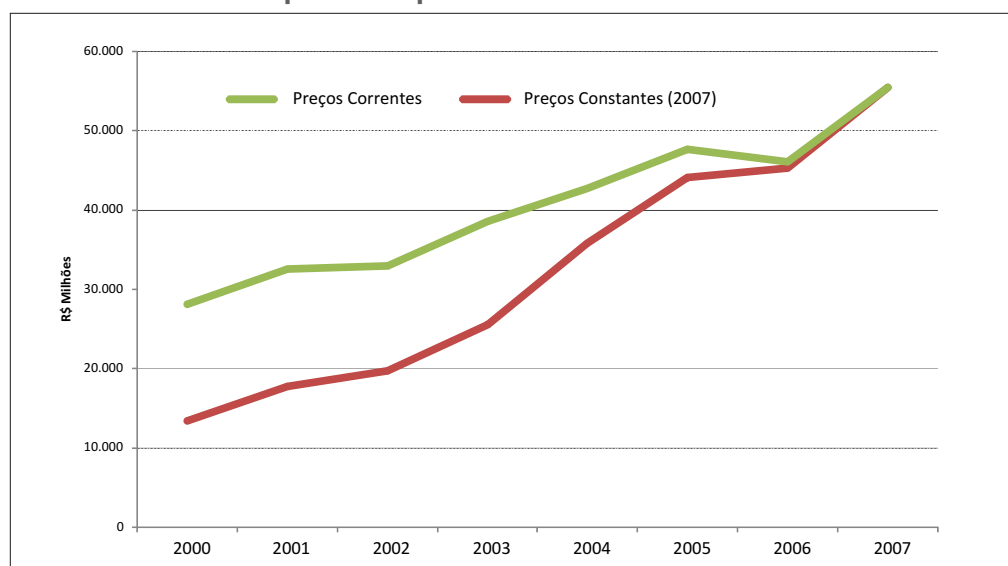


Fonte: SEFAZ - ES

Passado o momento de ajuste, o esforço seguinte voltou-se à melhoria do ambiente de negócios no Estado, passando pela promoção do investimento e da competitividade das empresas locais pela via da transparência, da adequação da técnica tributária e da segurança jurídica. Com este propósito foram instituídos pelo Governo estadual os programas INVEST-ES e COMPET-ES. A adoção de mecanismos regulatórios voltados à elevação da oferta energética foi estabelecida por meio da criação da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo ASPE.

Simultaneamente, a substancial melhora dos fundamentos macroeconômicos do País e o maior crescimento da economia mundial, com destaque para as economias emergentes, viabilizaram uma nova onda de investimentos produtivos. No Estado, os setores que se destacaram foram celulose, extrativa mineral e siderurgia. E o petróleo passou a despontar como importante fonte de riqueza local. A recuperação de receitas fiscais evadidas do Estado, por sua vez, possibilitou o aumento dos investimentos em infra-estrutura, que melhoraram a atratividade do Estado para novos negócios. A capacidade de investimentos com recursos próprios do Governo do Estado saiu de 1% em 2003 para 16% da receita líquida em 2007. Como consequência, os investimentos anunciados para o Estado cresceram, em média, 10,8% ao ano no biênio 2003 a 2004; e 16,4% no triênio 2005 a 2007; saíram de R\$ 20 bilhões em 2002 e alcançaram, em 2007, a cifra de R\$ 55 bilhões em projetos que se estenderão até 2012 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução dos valores dos investimentos previstos cinco anos à frente para o Espírito Santo



Fonte: Geres/Bandes, Invest-ES, IEMA, diversas empresas, joranis, revistas e IJSN

O surto de investimentos, que inicialmente se concentraram em infra-estrutura energética e na indústria, passou para os setores de serviços e construção; estes últimos, mais intensivos em trabalho. A complementaridade e a coordenação entre investimentos públicos e privados constituíram elemento fundamental para alavancar e potencializar a iniciativa privada e a geração de empregos.

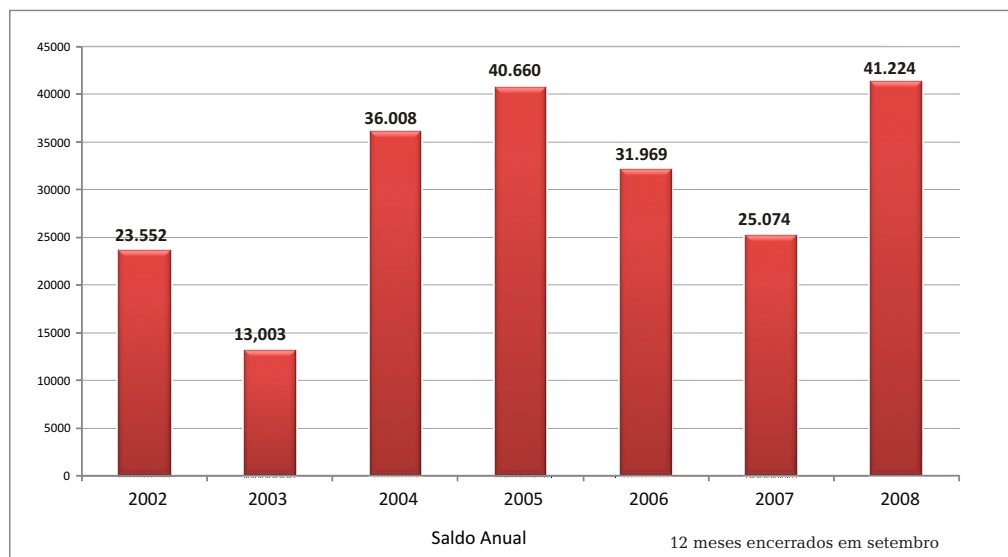
Demonstrativo dessa complementaridade é o Programa Estadual de Microcrédito, conhecido por NOSSOCRÉDITO, que tem como objetivo o aumento da capacidade produtiva da economia e a dotação de capital social básico para a geração de empregos. Desde o início do programa, em 2003, quando foram realizadas apenas 53 operações no valor total de R\$ 133.537,49, até o ano de 2007 contabilizam-se 16.919 operações, totalizando R\$ 50.377.989,00, destinados a produção, comércio e serviços. Somente no ano de 2007 foram 8.576 operações, no valor de R\$ 26.028.355,94 e valor médio de R\$ 3.035,02.

Os investimentos gerados a partir da coordenação entre o setor público e o privado permitiram também a desconcentração espacial, contribuindo para melhor distribuição regional da renda e para a qualidade do desenvolvimento do Estado. A principal consequência dessa lógica pode ser visualizada pelos investimentos em infra-estrutura, que promovem maior integração dos mercados e geração de novos investimentos produtivos por parte da iniciativa privada. Esses fatores reduzem os diferenciais de remuneração entre a Capital e o interior e entre a região urbana e a rural, por meio do aumento da produtividade do trabalho. Como exemplo emblemático dessas políticas, podemos citar a eletrificação rural e o programa Caminhos do Campo, cujo objetivo é revestir as estradas rurais capixabas, facilitando o escoamento da produção e atenuando as perdas relacionadas aos produtos perecíveis.

O melhor subproduto desses arranjos foi o mercado de trabalho. Os projetos de instalação e expansão industrial ativaram a geração de empregos formais no Estado. De forma indireta, a renda gerada na economia dinamizou as atividades ligadas ao varejo, à construção habitacional e comercial e à prestação de serviços. Segundo a PNAD, entre 2003 e 2007 foram gerados 160 mil empregos formais no Espírito Santo, o que corresponde a uma média de aproximadamente 30 mil novos empregos formais por ano (Gráfico 3). Como consequência, o percentual de pessoas que contribuíam para algum tipo de previdência passou de 43% em 2003 para 53% em 2007. Além disso, um dado relevante foi o recorde alcançado no acumulado de nove meses para o ano de 2008, de 41.662 empregos formais gerados, já superando o maior patamar até então obtido: de 40.660, registrados em 2005.

O aumento da formalização afeta, indiretamente, a produtividade do trabalho, haja vista que aumenta o grau de satisfação do empregado e o leva a um maior comprometimento com as metas da empresa. Está associada, portanto, à melhoria de qualidade na composição do mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Geração de empregos formais



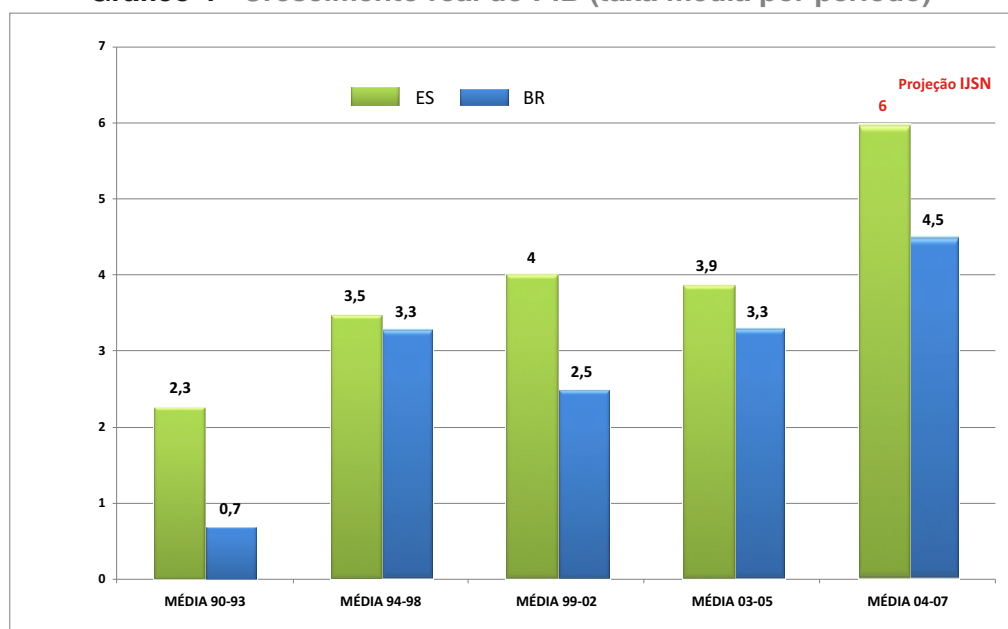
Fonte: CAGED/MTE

O resultado desse processo foi o crescimento da produção e do consumo e o conseqüente incremento da circulação de mercadorias, o que retroalimenta o aumento da arrecadação fiscal. No período entre 2003 e 2007, a produção industrial cresceu 23,2%, e o varejo, 55,6%. As vendas de automóveis de passeio cresceram 119,5%; as de motos, 127,3%, e o consumo aparente de cimento, 39,5%. A arrecadação fiscal, por sua vez, tem permitido aumento substancial dos investimentos públicos em programas sociais estaduais, com especial destaque para programas nas áreas de saúde (80,4%), educação (105,7%), segurança pública (27,44%) e assistência social (330,55%).

Cabe destacar o papel que a responsabilidade fiscal vem exercendo. O Estado somente avança com as despesas públicas na medida em que encontra espaço no aumento das receitas. Assim, a própria contratação de despesas torna-se sustentável ao longo do tempo, viabilizando um ciclo virtuoso de crescimento econômico, aumento de capacidade fiscal, aumento de investimentos, ampliação de programas sociais, melhor distribuição de renda, criação de novas condições ao aumento do crescimento econômico, e, assim, sucessivamente.

Acompanhadas pela melhoria dos instrumentos de gestão, as políticas públicas estaduais vêm sendo fundamentais para o acesso a bens e serviços públicos de melhor qualidade e que trazem, por conseqüência, redução das desigualdades e a inclusão social. A confirmação desses acontecimentos pode ser percebida pelas taxas de crescimento real do PIB (Gráfico 4) para o ES. Estando acima da média nacional, possuem tendência ascendente, com crescimento médio projetado de 6,2% entre 2004 e 2007, ante os 4,5% previstos para o País nesse mesmo período.

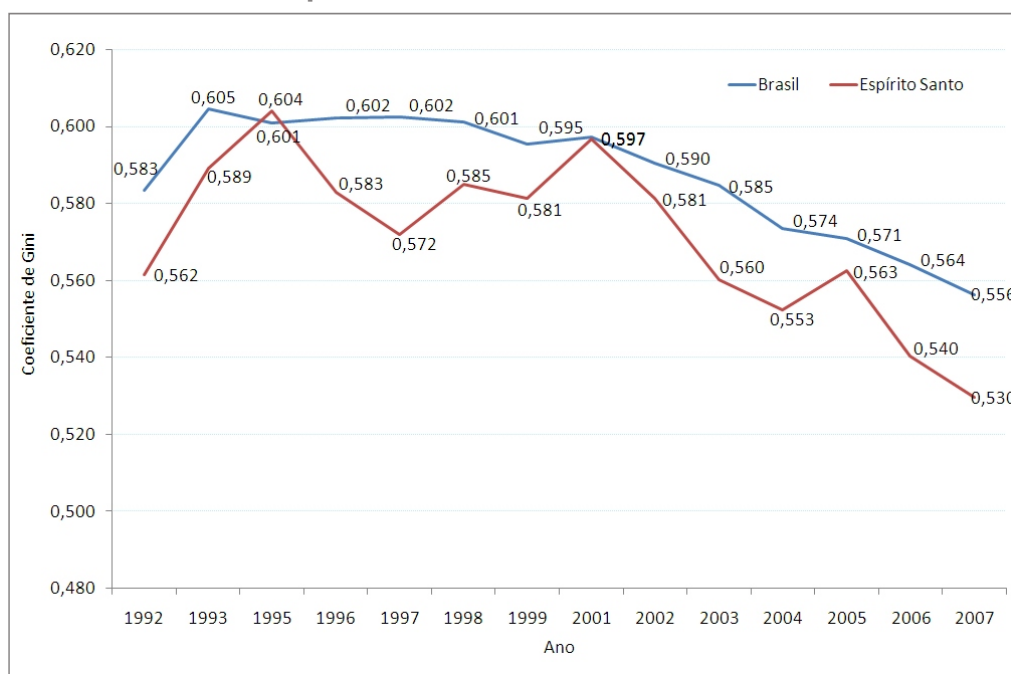
Gráfico 4 - Crescimento real do PIB (taxa média por período)



Fonte: IBGE/IJSN

Nesse contexto recente de crescimento econômico do Estado, a taxa de crescimento da renda apropriada pelas famílias, ou a renda domiciliar *per capita* real medida pela PNAD no período 2004 a 2007, também elevou-se em média 6% ao ano no Espírito Santo. Simultaneamente, o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda da economia, apresentou declínio de 5,5%, enquanto o País obteve uma queda de 4,9% entre 2003 e 2007 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil e no Espírito Santo: 1992 a 2007

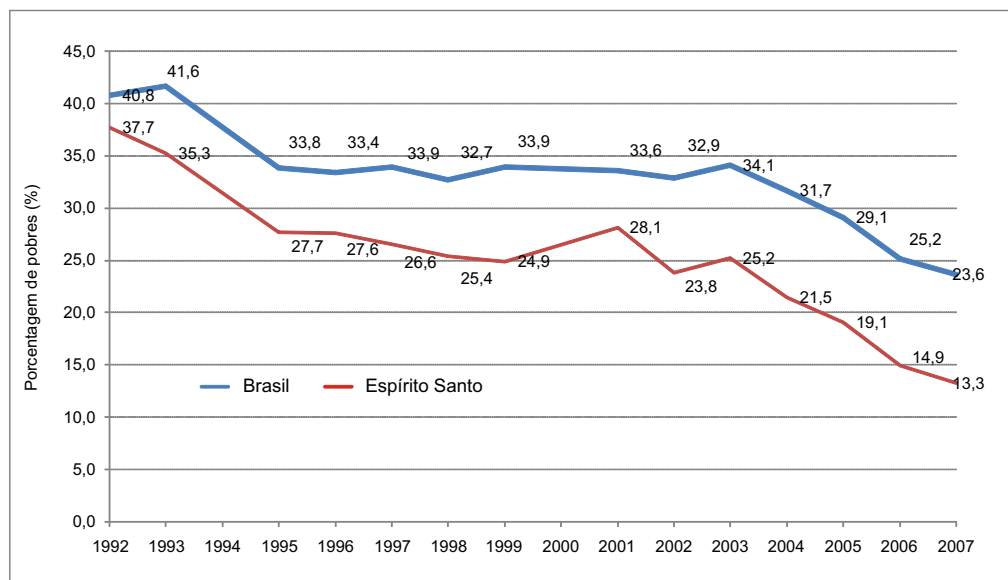


Fonte: PNAD/IETS

A conjugação de crescimento da renda com redução das desigualdades redundou em importante redução da taxa de pobreza² (Gráfico 6), de 25,2% em 2003 para 13,3% em 2007, queda de 47,3% no período. A redução média observada no País foi de 30,7%. Com esses consecutivos resultados positivos, o Estado saiu da 9ª posição do *ranking* nacional para a 3ª, atrás apenas de Santa Catarina (7,1%) e São Paulo (12,7%). Também a taxa de extrema pobreza ou indigência sofreu importante redução: passou de 7,8% para 3,5%, registrando declínio de 54,5% entre 2003 e 2007.

² A taxa de pobreza foi calculada pelo IETS (www.iets.org.br) com base numa linha de pobreza de R\$137,00 por mês no Espírito Santo.

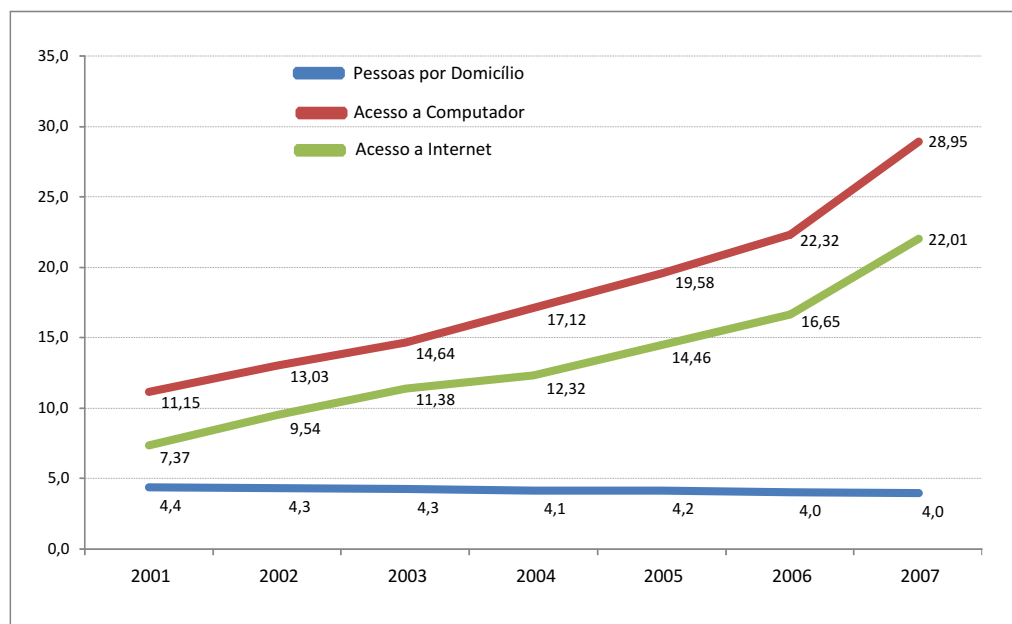
Gráfico 6 - Evolução da pobreza no Brasil e no Espírito Santo: 1992 a 2007



Fonte: PNAD/IETS

A evolução positiva das estatísticas ratifica os ganhos em qualidade de vida para a população do Espírito Santo. Melhorou a qualidade dos domicílios, diminuiu o número médio de pessoas por família e aumentou o acesso a bens de consumo, entre os quais se destaca o computador e a Internet (Gráfico 7). A redução do número médio de pessoas por domicílio, em alguma medida, também representa possível consequência da diminuição da proporção de crianças, o que reduz a razão de dependência e tende a aumentar a renda real domiciliar *per capita* dos moradores. É motivo para a redução da pobreza e elevação do consumo das famílias (Tabela 1).

Gráfico 7 - Características dos domicílios



Fonte: PNAD /IBGE, CPS/FGV e IJSN

Tabela 1- Variação do PIB e da renda real domiciliar per capita do ES

Em %

Anos	Variação do PIB	Variação da Renda Domiciliar
2003	1,5	-9,4
2004	5,8	8,2
2005	4,3	5,7
2006	7,7	5,7
2007	7,0*	4,8
Média 2003 - 2005	3,9	1,5
Média 2004 - 2007	6,2	6,1

Fonte: IJSN/IETS

* valores esperados

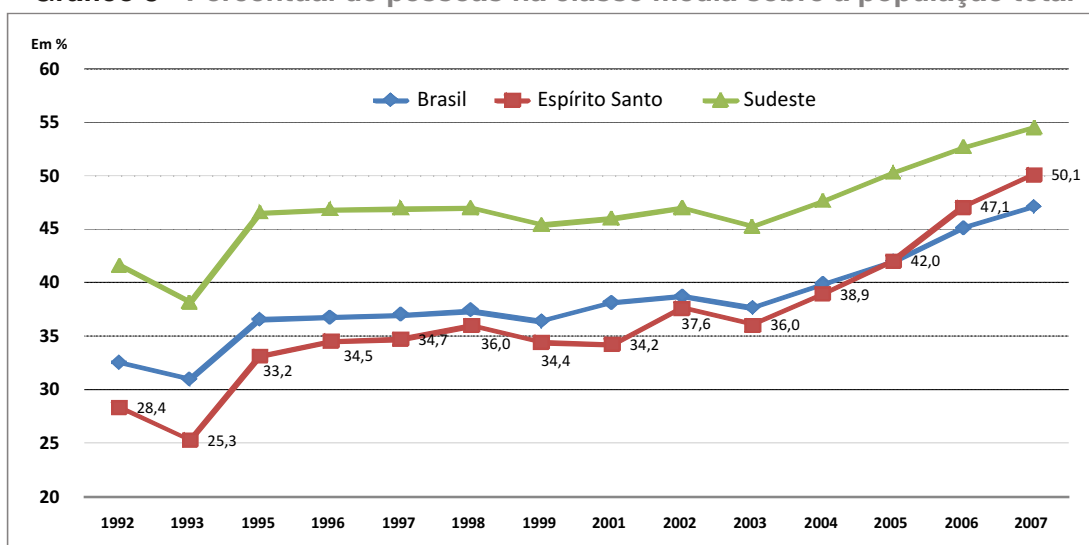
Com o crescimento econômico e melhor distribuição da renda, 683 mil capixabas saíram da pobreza desde 2003. E o caminho desses capixabas, pelo que indicam os dados da PNAD, foi a ascensão social rumo à Classe Média.

Os números da classe média

O Brasil apresentou uma evolução significativa do percentual de pessoas inseridas na Classe Média, com uma taxa de crescimento de 23,5% no período de 2001 a 2007. Relativamente, as regiões mais pobres do País, como a Norte e a Nordeste, foram as que promoveram os maiores aumentos, mas o nível de participação dessa população na população total ainda é inferior à média brasileira. Entre os Estados com taxa de participação da Classe Média acima do índice brasileiro, o Espírito Santo foi a Unidade da Federação que apresentou a maior expansão (39%) do indicador entre 2003 e 2007.

Os dados relativos a 2007 revelam que, no Espírito Santo, o número de pessoas inseridas na Classe Média já alcança mais da metade da população total. Sua participação relativa (Gráfico 8) avançou de 36% da população em 2003 para 50,1% em 2007, índice superior ao alcançado na média brasileira, de 47,1%.

Gráfico 8 - Percentual de pessoas na classe média sobre a população total

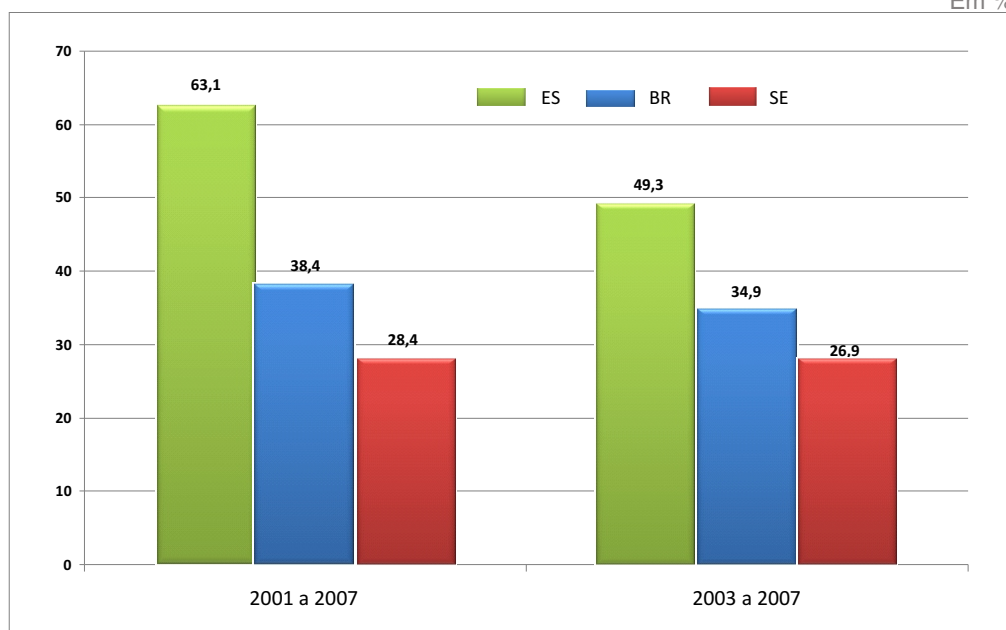


Fonte: PNAD /IBGE, CPS/FGV e IJSN

No Brasil, depois de importante avanço trazido no ano de implantação do Plano Real e da conseqüente conquista da estabilidade de preços, seguiram-se sete anos de apatia. Entre 1996 e 2003 a Classe Média brasileira estabilizou-se próxima ao entorno de 37% da população; 46% no Sudeste; e 35% no Espírito Santo. A partir de 2003 foram registrados avanços substanciais. O País conquistou 10 pontos percentuais de maior participação relativa para a Classe Média; o Sudeste, 9 pontos; e o Espírito Santo, 14.

Nesse período de maior inclusão social, outros resultados são igualmente eloqüentes. Basta notar que 571 mil novos capixabas ingressaram na Classe Média, o que corresponde a aumento de 49% na comparação entre 2007 e 2003. A variação no Brasil e na média da Região Sudeste, embora positiva, foi menor: 35% e 27% respectivamente (Gráfico 9).

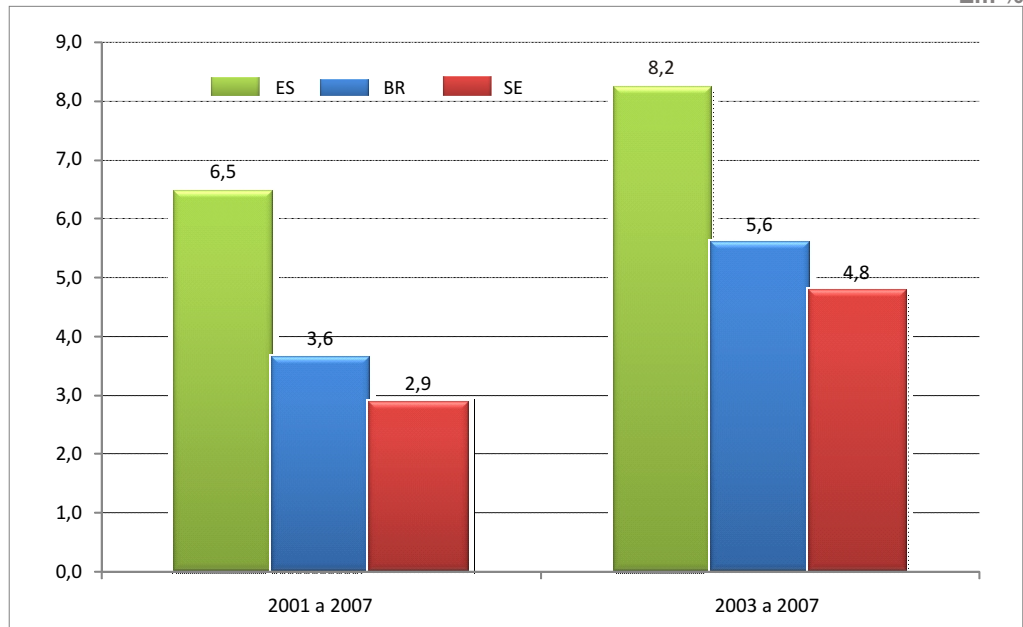
Gráfico 9 - Crescimento do número de pessoas da classe média Em %



Fonte: PNAD /IBGE, CPS/FGV e IJSN

Analisando o crescimento médio real do número de pessoas da Classe Média (Gráfico 10), após descontar o crescimento populacional do período, a média anual de expansão da Classe Média capixaba foi de 8,2%, contra 5,6% da média brasileira e 4,8% do Sudeste para o período de 2003 a 2007.

Gráfico 10 - Crescimento médio anual de pessoas na classe média descontando o crescimento populacional



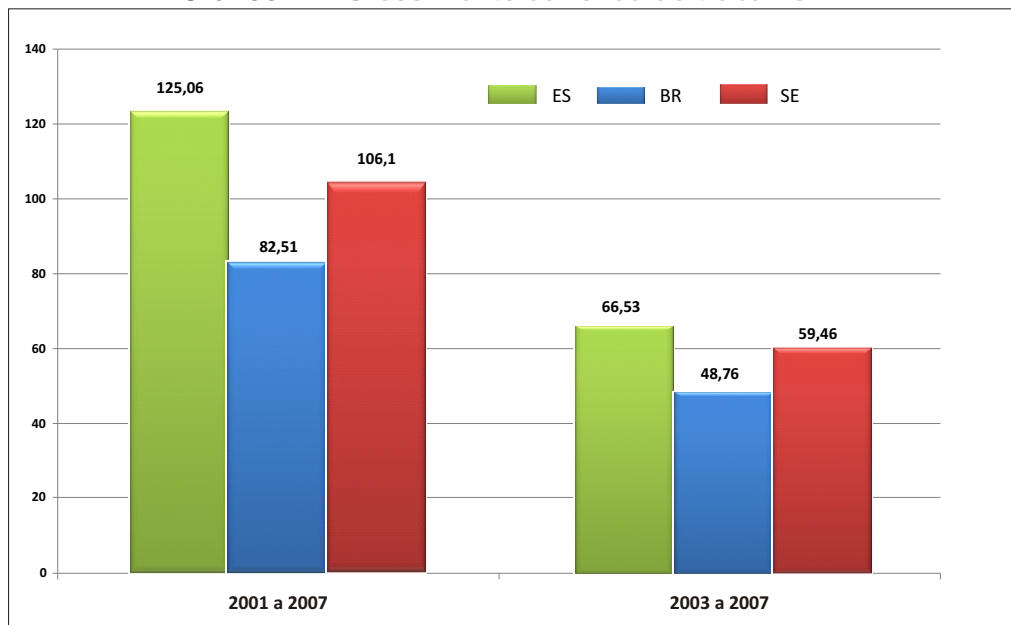
Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

Ao levar em consideração este quadro de expansão rápida e relativamente mais acelerada da Classe Média no Espírito Santo, é preciso destacar seus possíveis determinantes. O conjunto de fatores que redundaram no maior crescimento econômico do Estado e na maior inclusão social associa ambiente macroeconômico, internacional e doméstico e, em âmbito local, gestão pública, iniciativa privada e coordenação político-institucional.

Classe média e mercado de trabalho no Espírito Santo

No Espírito Santo, o fortalecimento do mercado de trabalho foi a principal via de promoção da inclusão social a partir do crescimento econômico. Entre 2005 e 2007, a ocupação explicou 113% da expansão da renda. Nesse período, o total da renda proveniente de transferências públicas, como seguro-desemprego, benefícios de prestação continuada e Bolsa Família, declinou 36% no Estado. Além disso, a taxa de crescimento da renda do trabalho foi maior do que a média do Sudeste e a nacional, sendo respectivamente de 66,5%, 48,7% e 59,4%, para o período de 2003 a 2007 (Gráfico 11), e foi consequência do aumento total dos postos de trabalho de 14%, do aumento da ocupação para empregados, 27%, e da alta nos empregos formais, de 35%.

Gráfico 11 - Crescimento da renda do trabalho



Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

No mercado de trabalho, o impulso inicial foi exercido pela expansão das plantas produtivas das principais indústrias localizadas no Estado, essencialmente voltadas ao mercado externo, geradoras de empregos formais e de maior remuneração. Desde então, o mercado de trabalho formal alcançou os segmentos do comércio varejista, atividades imobiliárias e de prestação de serviços a empresas, indústria de transformação e construção civil. O aumento da demanda por trabalho pelas firmas melhorou o acesso a esse mercado, em que o emprego formal se destacou. Firms que atuam em mercados globais, por sua vez, são reconhecidamente disseminadoras de maior produtividade do trabalho.

O processo recente de formalização é importante para a retroalimentação do ciclo de crescimento. Considerando-se a rigidez da regulação trabalhista no Brasil, a contratação formal de mão-de-obra depende da confiança dos empresários no crescimento do seu mercado. Para o empregado, por sua vez, reforça sua confiança para acessar o mercado de consumo, contratar crédito e expandir seu orçamento familiar. Isso, por sua vez, reforça a demanda sobre o varejo, sobre o setor habitacional e de serviços, encadeando os efeitos do ciclo expansionista para outros setores da economia, mais intensivos em mão-de-obra.

Olhando para a Classe Média (Tabela 2), verifica-se evidência do processo de formalização, o que concede sustentação à tese de ascensão social por meio do mercado de trabalho. A população economicamente ativa pertencente a essa classe obteve um crescimento de 50,61%; o número de ocupados elevou-se em aproximadamente 47% entre 2003 e 2007, sendo 59% a expansão do número de empregados. O número de pessoas com carteira assinada cresceu bem mais (+75%), com registro de extinção de ocupações entre os não-remunerados e os empregadores. Para o mesmo período, as médias anuais de crescimento foram de 10,0%, 12,4% e 15,1%, correspondendo, respectivamente, ao total de ocupados, empregados e trabalhadores com carteira assinada.

A expansão mais que proporcional dos empregos formais comprova a melhoria da qualidade na composição do mercado de trabalho, o que, por sua vez, correlaciona-se com os ganhos de produtividade que sustentam o crescimento econômico no longo prazo.

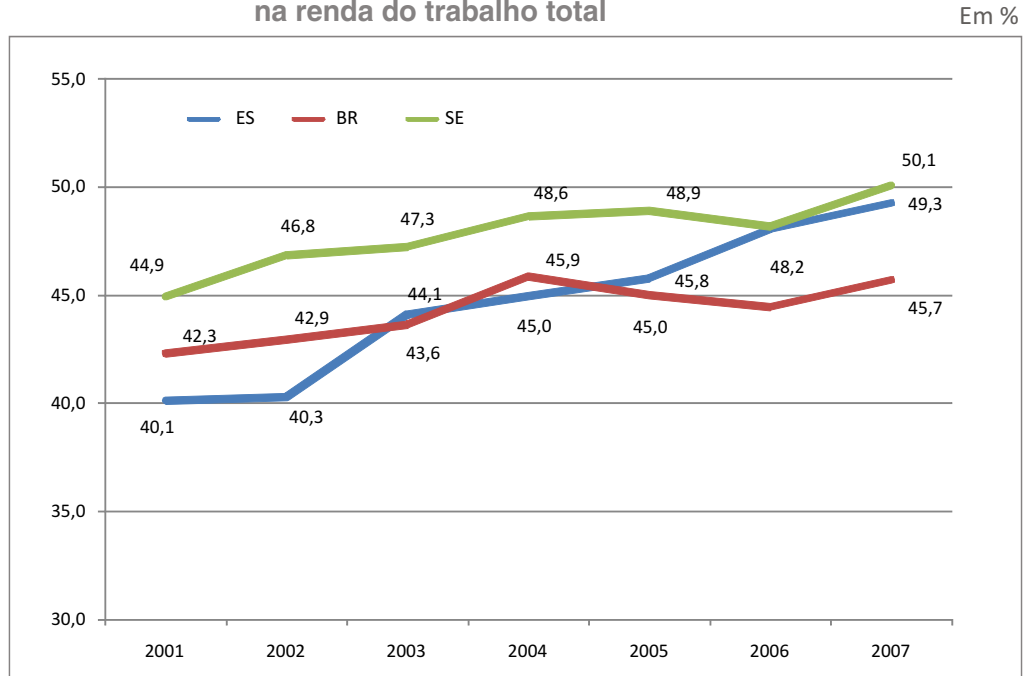
Tabela 2 - Mercado de trabalho para pessoas com 10 anos ou mais

Faixa de ocupação	Varição 2007 ante 2003	Varição média anual
População Total	8,8	2,1
PEA	9,6	2,3
Ocupados	13,7	3,3
Empregados	26,9	6,1
Com carteira assinada	34,6	7,7
Classe Média	49,3	10,5
PEA	50,6	10,8
Ocupados	46,6	10,0
Empregados	59,4	12,4
Com carteira assinada	75,4	15,1

Fonte: PNAD/IJSN

Como conseqüência, o percentual de empregados no total da ocupação na Classe Média do Estado, que em 2003 era equivalente ao da Classe Média nacional (64%), saltou para 71% em 2007, três pontos percentuais acima da situação brasileira. A participação relativa da renda total do trabalho obtida pelas pessoas da Classe Média (Gráfico 12) passou de 44% na média do Estado e do Brasil em 2003 para 49% no Espírito Santo em 2007. Na média brasileira, essa participação relativa pouco se alterou.

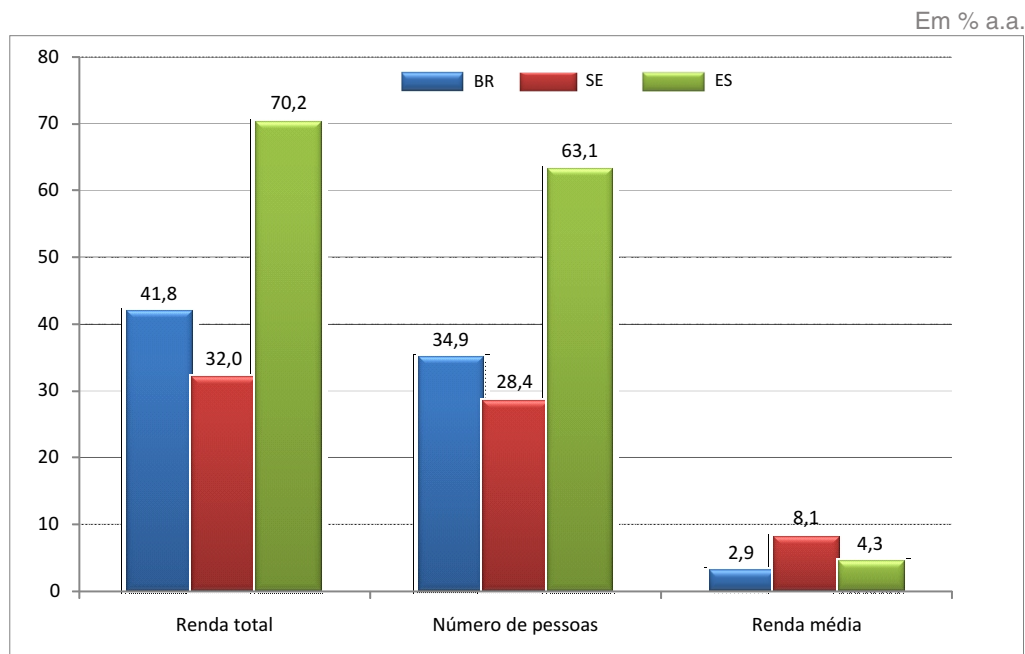
Gráfico 12 - Participação da renda do trabalho da classe média na renda do trabalho total



Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

Incluindo-se todas as fontes, provenientes ou não do trabalho, o total da massa de rendimentos da Classe Média cresceu pouco mais de 60%, muito por conta do aumento do número de pessoas ali inseridas (63%), haja vista que o rendimento médio permaneceu praticamente estável para as principais posições na ocupação, quais sejam, empregados, empregadores ou trabalhadores por conta própria (Gráfico 13).

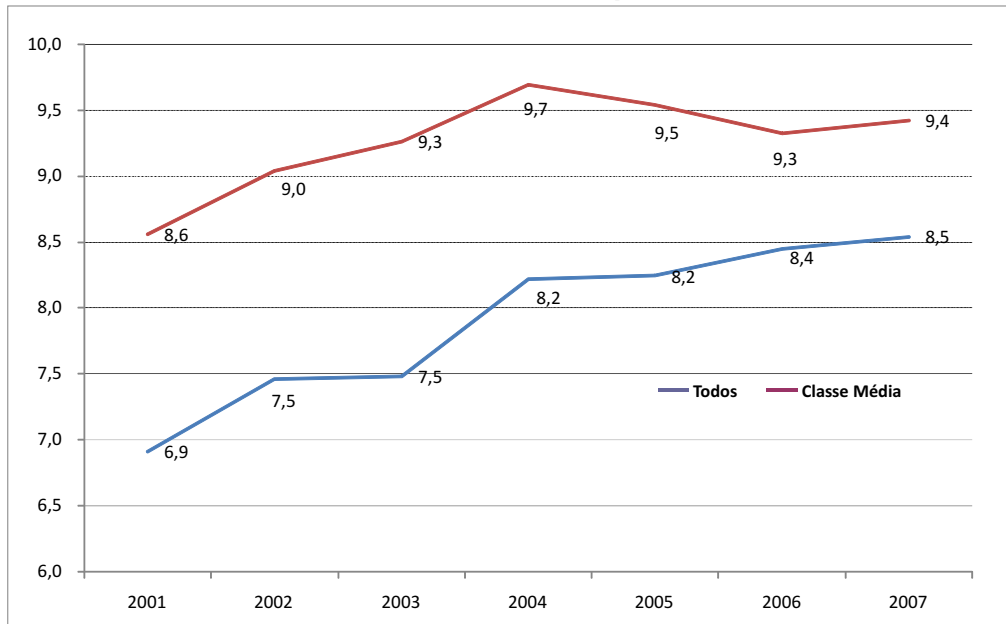
Gráfico 13 - Componentes do aumento da massa de rendimento da classe média no ES entre 2001 e 2007



Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

Uma das prováveis explicações, tanto para a manutenção da renda média dos agentes como para a elevação do número de pessoas na Classe Média, é a variação do nível de escolaridade. A média de anos de estudos das pessoas da Classe Média capixaba entre 25 e 34 anos de idade (Gráfico 14) se manteve próxima de 9,4 anos no período recente. Em relação a todas as classes, ocorreu uma elevação da média de escolarização do Estado, passando de 7,5 anos de estudo em 2003 para 8,5 anos em 2007, o que favoreceu o aumento da participação relativa da Classe Média na população total.

Gráfico 14 - Média de anos de estudo das pessoas entre 25 e 34 anos

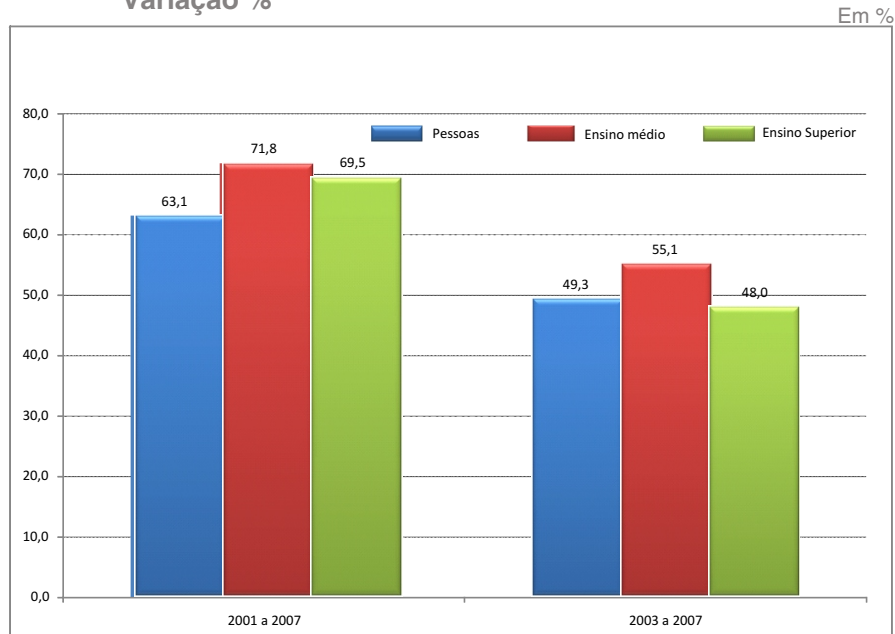


Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

A aparente estabilidade da média de anos de estudos da Classe Média desde 2003, na verdade, encontra-se correlacionada à inserção dos indivíduos anteriormente menos favorecidos. Essas pessoas foram inseridas com menor escolaridade, pressionando o deslocamento da média para baixo. A linha de tendência de médio prazo revela a permanência da média dos anos de estudo nesse mesmo patamar enquanto persistir o ingresso de novos indivíduos na Classe Média. Com a acomodação do processo inclusivo no futuro, os indivíduos pertencentes a essa classe tenderão a iniciar o presumível processo de elevação dos ganhos reais.

Uma demonstração da modificação do perfil de qualificação da mão-de-obra no Estado pode ser percebida pela mudança no perfil de escolarização. Mais pessoas com ensino médio ascenderam na sua condição social. O aumento do número de pessoas com pelo menos o ensino médio concluído foi de 55% no período analisado, superior tanto ao aumento do número de pessoas na Classe Média (49%) quanto ao aumento do número de pessoas com pelo menos o curso superior concluído (48%) (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Evolução do número de pessoas qualificadas na classe média ES
Variação %



Fonte: PNAD/IBGE, CPS/FGV e IJSN

Os rendimentos dos indivíduos estão positivamente relacionados ao seu nível educacional, por sofrerem influência direta da escolaridade na produtividade dos trabalhadores ou por constituírem uma forma de sinalização para o mercado dessa maior produtividade. Isso comprova que, independente do enfoque dado à educação, os rendimentos no mercado de trabalho estão diretamente correlacionados a ela, sendo, portanto, uma das prováveis razões da redução da desigualdade social e da ascensão social rumo à Classe Média.

Conclusão

Esta nota técnica objetivou demonstrar as características da redução das desigualdades de renda e maior inclusão social verificadas no País, e com maior intensidade no Estado do Espírito Santo. Para o alcance destas evidências foi utilizada uma análise descritiva dos microdados das séries históricas da PNAD para o período de 2001 a 2007.

Foi verificado um aumento da renda média domiciliar total para todas as classes sociais, sendo este um dos fatores para a redução da pobreza e extrema pobreza; mas uma particularidade interessante ocorreu na Classe Média, em que a elevação da massa de renda total é mais explicada pelo aumento do número de pessoas pertencentes a essa classe do que pelo aumento da renda média. Portanto, o processo de inclusão social foi viabilizado pela conjugação de dois fatores: aumento da renda total e melhoria na sua distribuição.

Uma provável explicação para a permanência da renda média da Classe Média neste mesmo patamar está interligada ao fato de os anos médios de estudo dessa classe permanecerem praticamente constantes neste período, não ocorrendo variações significativas da produtividade do trabalho, o que provoca a estabilidade da renda média real. Com a acomodação do processo inclusivo, os indivíduos pertencentes a essa classe iniciarão, no futuro, o presumível processo de elevação dos ganhos reais.

O fortalecimento da Classe Média provavelmente foi conseqüência da melhoria da qualidade do mercado de trabalho local. A inclusão social e a redução da pobreza consistem em importante atributo à sustentabilidade do padrão de crescimento recentemente verificado no Estado. Contudo, um próximo esforço analítico precisa ser realizado para por meio de testes estatísticos capazes de inferir as relações de causa e efeito avaliar a contribuição relativa dos possíveis fatores que concorreram de forma determinante para os fenômenos aqui descritos, ou seja, todos os fatores causadores da renda diferenciada entre as famílias.

Referências Bibliográficas

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA G (Orgs.). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: IPEA, v. 1, 2007.

GOLDMAN S. W.; DOMINIC e DRAGUSANU, R. *The expanding middle: the exploding world middle class and falling global inequality* Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper, n.170, jul. 2008.

NERI, M. C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008 a.

_____. *Miséria e a nova classe média na década da igualdade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008 b.